

O DISCURSO DA DOPS SOBRE OS COMUNISTAS EM PERNAMBUCO (1935 - 1945)

MIRANDA, Humberto da Silva¹ – UFRPE & ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida² - UFRPE.

Introdução

A criação da Delegacia de Ordem e Política Social – DOPS, representou o esforço do governo Vargas em desarticular qualquer tipo de constatação a sua política. Baseado no modelo de segurança autoritário europeu, essa Instituição utilizou vários mecanismos de repressão contra os indivíduos e entidades que representassem um mínimo de ameaça ao projeto varguista. Entretanto, os comunistas foram os que mais sofreram com a repressão da DOPS, pois constituía o grupo mais ameaçador ao poder dominante daquela época.

No Estado de Pernambuco, havia um dos esquemas mais bem organizados de repressão aos militantes e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil. O governador Agamenon Magalhães era considerado pelo próprio Getúlio Vargas um modelo de interventor. Tal mérito foi conquistado através de sua atuação autoritária, baseada nos manuais dos regimes nazista e fascista. Toda a “máquina” do Estado foi utilizada para impedir qualquer contestação oposicionista, promovendo assim uma ideologização na sociedade a partir de seus interesses políticos.³

Nosso trabalho, que se insere num projeto maior, DOPS: Racismo e Excludência, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria das Graças A. A. de Almeida e, procura resgatar o discurso da polícia política acerca dos comunistas em Pernambuco e a reação desse grupo social frente às perseguições ocorridas no período de 1935 a 1945. Através do acervo DOPS-PE, podemos recuperar a memória de um dos momentos mais conturbados da vida política nacional, marcada pelo extremo controle, onde se construiu o discurso anticomunista.

A perseguição aos “seguidores do credo vermelho”⁴

A efervescência política existente no Brasil foi certamente o principal motivo para a criação da delegacia de Ordem Política e Social pelo governo Vargas. Sua fundação foi em 1935, no mesmo ano do surgimento da Aliança Nacional Libertadora e dos levantes comunistas.⁵

Dessa forma, fica bastante claro que a ofensiva do Partido Comunista Brasileiro, contra o poder estabelecido, o crescimento de suas fileiras e as diversas tentativas desse Partido em alcançar o poder, foi a principal justificativa do governo Vargas para a criação da DOPS. O rápido crescimento da ANL representava um enorme risco para a hegemonia da política varguista. Somente por meio dessa intensa repressão, esse movimento pôde ser desarticulado. O mesmo

podemos dizer das crescentes ativações nos meios civil e militar, que desencadeou os levantes no Rio Grande do Norte (23.11.1935), em Pernambuco (25.11.1935) e no Rio de Janeiro (27.11.1935). Esses levantes foram imediatamente reprimidos e o governo federal criou uma série de medidas coercitivas, com a finalidade de cessar tais descontentamentos.⁶

Através dos documentos que registraram as ações da polícia política, podemos vislumbrar como foi montado o discurso anticomunista em Pernambuco. A Interventoria Agamenon Magalhães foi marcada pelo esforço em incutir na população a idéia de que os comunistas eram extremistas perturbadores da ordem pública. Os arquivos da DOPS retratam os mecanismos e as estratégias de controle social, permitindo a reconstrução de um momento histórico marcado não só pelo autoritarismo, mas também pelos movimentos de contestação ao poder dominante.⁷

O discurso da DOPS também possuía um caráter clerical, baseado nos princípios cristãos, onde se utilizava o sentimento religioso da população como pretexto para agir violentamente contra “os ateus comunistas”. A polícia política fazia questão de identificar o ateísmo comunista como a representação de preceitos morais.. A “máquina” do Estado foi fortemente utilizada na guerra ideológica. Nos registros da DOPS, há vários panfletos, recortes de jornais e outros documentos que atestam o interesse do governo, tanto federal, quanto estadual, em classificar os comunistas como hereges e subversivos.⁸

Um dos exemplos mais ilustrativos, foi um panfleto encontrado em um dos prontuários, assinado por Rui Barbosa e distribuído pelo Movimento Cívico Democrático, cujo conteúdo procura massificar a idéia de que o comunismo é algo nocivo para a sociedade:

“O comunismo não é fraternidade, é a invasão do ódio entre as classes. Não é reconciliação dos homens é sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do evangelho. Bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá trégua a ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanizaria a humanidade. everteria, subverteria, inverteria a obra do criador”⁹

A questão da utilização dos símbolos religiosos no discurso político, durante o Estado Novo, foram estudados por Lenharo e Almeida.¹⁰ Para Lenharo a secularização do Estado não representou ainda “sua irreligiosidade”, o apelo ao sentimento religioso foi bastante utilizado, ao ponto de relacionar a atuação da polícia política com a Encíclica Papal *Reum Novarum* do Papa Leão XIII. Isso foi feito pelo intelectual Oliveira Viana, que vislumbrava na ação da DOPS a concretização do objetivo da Encíclica Papal, que pregava “ a dignidade do trabalhador”.¹¹

A DOPS também utilizou um discurso xenófobo e racista para combater qualquer tipo de ameaça ao regime. Migrantes ou visitantes, principalmente oriundos de países comunistas, era intensamente vigiados. Os judeus sofreram uma grande discriminação, pois também eram vistos como “seguidores do credo vermelho”. Para Almeida, os judeus em Pernambuco durante a

interventoria de Agamenon Magalhães, eram tratados como “agentes do Komintern”. Os comunistas eram associados aos judeus pela polícia política. A origem judaica de comunistas como Trotsky e Rosa Luxemburgo foi utilizada como pretexto para se fundamentar a tese de que o comunismo e judaísmo eram indissociáveis.

O discurso anticomunista foi uma das principais armas da polícia política. Através dele, podemos não apenas reconstruir parte daquela época, mas também reconhecer o projeto político do grupo dominante. Segundo Foucault, o discurso não é simplesmente o reflexo de uma época, ou um sistema de dominação, mas “é aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”¹²

“Leia, cole se possível em lugar visível ou passe adiante”¹³: a resistência comunista através da propaganda.

A situação política internacional influenciou profundamente não só os rumos do governo de Vargas, como também do próprio movimento comunista nacional. Enquanto a política varguista estreitava as relações com o projeto nazi-fascista, os comunistas promoviam uma ampla campanha contra esse projeto. Tal divergência mais um motivo para reforçar a repressão exercida pela DOPS, haja vista que a política de boa vizinhança com os países autoritários de direita europeus “exigia” a perseguição aos comunistas. Um exemplo marcante dessa relação foi à deportação de Olga Benário Prestes para a Alemanha.

Não é difícil encontrarmos nos prontuário da DOPS – PE elementos que comprovem esse empasse entre o governo e oposição, causado pela conjuntura internacional. Registros de vários jornais, livretos e outros documentos dedicados a campanha anti-facista promovida pelos comunistas no período que se encontravam na ilegalidade. Um panfleto assinado pela Aliança Nacional Libertadora demonstra o quanto às organizações ligadas ao PCB esforçavam-se para disseminar a crítica contra o ideário nazi-fascista:

*“A implantação do fascismo no Brasil representaria o regime de opressão e massacre do povo trabalhado, da manutenção do latifúndio e a miséria de 34 milhões de camponeses, a continuação do domínio imperialista e o opróbrio de um governo de mistificadores, como Plínio, Gustavo e Manuel de Freitas”.*¹⁴

Dessa forma, podemos vislumbrar quanto foi importante para os comunistas a utilização dos instrumentos de propaganda. Através do acervo da DOPS, descobrimos que existiam várias tipografias espalhadas pelo Recife, sempre localizadas em lugares simples e de difícil acesso,

geralmente na periferia da cidade. A distribuição do material de propaganda passava por um rígido controle afim de não comprometer a segurança dos militantes envolvidos em tais operações, haja vista que muitos deles foram presos no momento da divulgação do material impresso.

No Estado de Pernambuco, a propaganda comunista atuou intensamente na desmoralização política e ideológica do interventor Agamenon Magalhães e de seus correligionários, enfocando o perfil autoritário de tais políticos. Em um panfleto arquivado em uns dos prontuários funcionais da DOPS-PE, podemos verificar o tratamento que o interventor recebia de seus opositores: “Agamenon Magalhães é um político raquítico, filho de Getúlio, e neto de Hitler”.¹⁵ É importante salientar que tais acusações baseavam-se na forma com que o interventor conduziu a sua política e também a partir do que era escrita em seu Jornal “*A Folha da Manhã*”, onde se aludia positivamente os governos de Hitler e Mussolini.

Em novembro de 1939 o governo Vargas criou a Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que tinha o objetivo de controlar as informações que circulavam no país, favorecendo sempre o projeto político estadonovista e censurando toda manifestação de propaganda por parte da oposição, contendo assim o seu avanço. A guerra da propaganda foi sendo vencida pelo governo, pois seu poder de alcance era muito maior, tendo a sua disposição modernos equipamentos de comunicação de massa para a época, como o rádio e o cinema. Além disso, a DIP possuía uma forte ligação com toda máquina estatal, por ser um Departamento ligado diretamente ao gabinete da Presidência da República, em contra partida os comunistas divulgavam suas idéias a partir do seguinte lema: “Leia, cole se possível em lugar visível ou passe adiante”.

Considerações Finais

Ao analisarmos os documentos arquivados no acervo da DOPS - PE, podemos reconstituir parte de um tempo marcado por lutas políticas e ideológicas, cujo os reflexos atinge-nos ainda hoje. O discurso anti-comunista forjado pelo governo Vargas alcançou os resultados pretendidos, criando na população a apatia política e o preconceito ideológico contra os seguimentos de esquerda. Para Cancelli,¹⁶ o governo autoritário varguista controlava o cotidiano da sociedade, restringindo as liberdades individuais ao ponto de estabelecer padrões de comportamento e sentimento.

Para manipular a vida cotidiana e o imaginário da sociedade o governo Vargas criou instituições que se destacaram na repressão a qualquer movimento contrário ao poder estabelecido. As ações da polícia política eram muito semelhantes ‘as dos órgãos de segurança dos regimes nazista e fascista, estabelecendo o terrorismo político-ideológico e acirrando as relações entre o governo e a oposição.

No Estado de Pernambuco, houve por parte do interventor Agamenon Magalhães um enérgico combate aos grupos de contestação, baseado no discurso xenófobo, racista e clerical, aliado a muita perseguição e tortura. Mas essa atuação não conseguiu deter por completo a oposição, que como podemos observar através do acervo da DOPS, reagiu intensamente a um dos esquemas mais bem montados de repressão de todo país.

Agamenon Magalhães assimilou os projetos políticos sustentados por discursos e práticas coercitivas, inaugurando no Brasil o modelo nazi-fascista de governar. Paralelamente surgiram as reações políticas a essa estrutura de poder, representando um verdadeiro esforço por parte de certos grupos políticos para superação de uma realidade indesejável, pautada na discriminação e na intolerância.

Notas

¹ Graduando em Licenciatura em História pela UFRPE, bolsista PIBIC/ UFRPE/ CNPq.;

² Profa. Dra. Adjunto IV - DLCH/ UFRPE e do PPG-História UFPE. Coordenadora do Projeto DOPS: Racismo e Excludência, financiado pelo CNPq.

³ ALMEIDA, M.G.A. Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária* – SP: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001;

⁴ Expressão bastante utilizada pela polícia política, encontrada em vários documentos que compõem o acervo DOPS-PE;

⁵ DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1920 – 1935)*. RJ: Nova Fronteira, 1977; acerca da perseguição aos comunistas após 1935 em Pernambuco, vide:

ALMEIDA, M.G. A Ataíde. “Caça às bruxas: repressão e censura na Interventoria Agamenom Magalhães em Pernambuco.” In CARNEIRO, M.L.Tucci. *Minorias Silenciosas*. SP:EDUSP, 2002

⁶ Idem, p.178;

⁷ ALMEIDA, M.G.A.A. *Memória, identidade e ordem no varguismo: a DOPS e a construção da imagem do cidadão sob suspeita no Brasil dos anos 30 a 40*. In: LEMOS, M. T. Brittes de et all. *Brasil: espaço, memória, identidade*. Warsóvia: CESLA, Universidade de Varsóvia, 2001;

⁸ _____ - *A Recristianização da política: pactos e tramas entre o Estado e a Igreja no Brasil (1937-1945)*. Revista de História das Idéias, Vol.23. Faculdade de Letras, Coimbra: 2002;

⁹ Fonte: APEJE/DOPS. Prontuário Funcional [26.932];

¹⁰ A nível de Brasil a abordagem é feita por Lenharo em *Sacralização da Política*. Campinas:Papirus,1986; a nível de Pernambuco, por Almeida, em *A Construção da verdade autoritária*. Op. Cit.

¹¹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Op. Cit.

¹² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo,Vozes:2002;

¹³ Expressão bastante utilizada pela polícia política, encontrada em vários documentos que compõem o acervo DOPS-PE;

¹⁴ Fonte: APEJE/DOPS. Prontuário Funcional [13.778];

¹⁵ Fonte: APEJE/DOPS. Prontuário Funcional [27.472 – a];

¹⁶ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da Violência – A Polícia na Era Vargas*. Brasília, Edunb, 1993.